

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

2014 foi um ano marcado pelos desafios impostos aos mercados financeiros internacional e brasileiro. Mesmo diante desse cenário, a BRADESPAR, se manteve fiel ao seu principal objetivo de concentrar esforços para alcançar melhores resultados por meio de suas investidas - a VALE e a CPFL Energia.

No exercício, aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio e dividendos, a BRADESPAR destinou, R\$ 580,5 milhões, 26,0% superior aos R\$ 460,8 milhões pagos em 2013.

A VALE, principal investimento da BRADESPAR, diante da acentuada queda do preço das commodities no mercado mundial, especialmente de minérios e metais, foi afetada nos seus indicadores financeiros. Ainda assim, obteve excelente desempenho operacional, com a produção de minério de ferro atingindo recorde histórico de 319,2 milhões de toneladas, alta de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Aliado a isso, a VALE lançou várias iniciativas bem-sucedidas para melhoria dos seus custos e despesas, alavancando suas vantagens competitivas. Ressalta-se que a ativa participação da BRADESPAR no Conselho de Administração e nos Comitês de Assessoramento da VALE, em conjunto com os demais acionistas controladores da Valepar S.A., vem contribuindo para a tomada de decisões estratégicas, visando à minimização de custos, a reavaliação do programa de investimentos e a preservação do caixa, com a busca pelas opções de crescimento mais rentáveis.

A CPFL Energia, manteve o foco de suas estratégias na expansão das suas atividades e iniciativas, visando ao aumento da sua eficiência operacional. A remuneração paga pela CPFL Energia à BRADESPAR, sob a forma de dividendos, totalizou R\$ 52,0 milhões, aumento de 20,9% comparado à remuneração paga em 2013.

Em constante aperfeiçoamento do seu relacionamento com investidores e analistas, a BRADESPAR adota política de transparência em relação aos seus resultados. Ao longo de 2014, realizou encontros na APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, além de participar em eventos e reuniões com investidores e instituições financeiras.

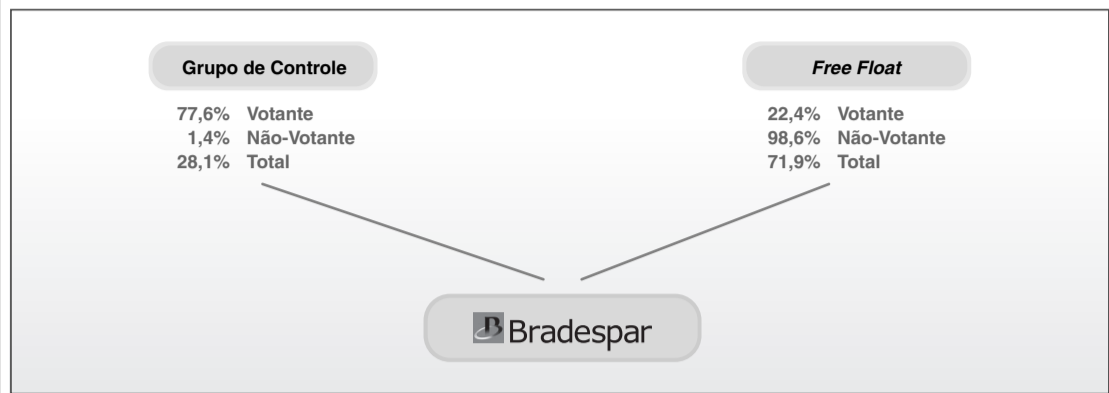
Externamos nossos agradecimentos aos investidores e acionistas da BRADESPAR pela confiança, e também reconhecimento especial aos nossos administradores e colaboradores pelo trabalho dedicado. Contamos com o apoio de todos para, em 2015, seguirmos buscando sustentação, crescimento e a perenidade dos negócios.

São Paulo, SP, 18 de março de 2015.

Lázaro de Mello Brandão
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O pagamento foi dividido em duas parcelas de US\$ 125,0 milhões, pagas em maio e novembro, convertidas em moeda corrente nacional pela cotação do dólar de venda (Ptax-Opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia anterior ao das reuniões do Conselho de Administração, ocorridas em 28 de abril e 31 de outubro de 2014, conforme demonstrado abaixo:



1ª Parcela da Remuneração Anual Mínima				Em R\$	
Juros (*)	Pagos em 15.5.2014			123.000.000,00	
Dividendos				156.062.500,00	
Subtotal				279.062.500,00	
2ª Parcela da Remuneração Anual Mínima				Em R\$	
Juros (*)	Pagos em 14.11.2014			185.000.000,00	
Dividendos				116.487.500,00	
Subtotal				301.487.500,00	
Total				580.550.000,00	

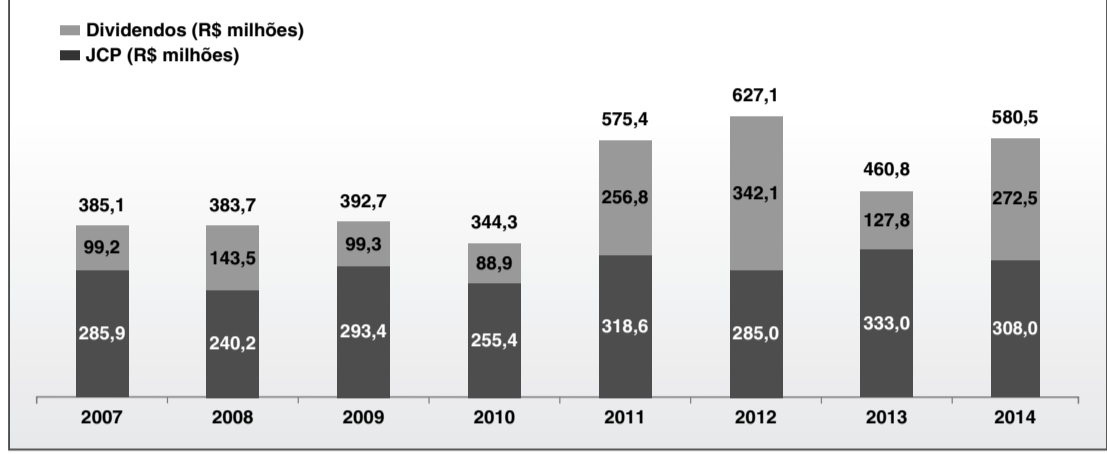
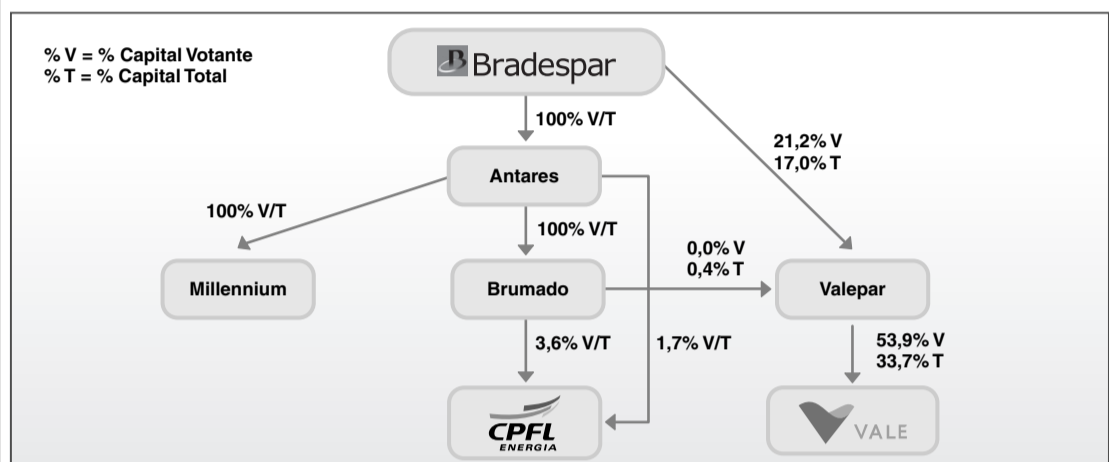
Espécie	1ª Parcela da Remuneração Mínima (pagos em 15.5.2014)		2ª Parcela da Remuneração Mínima (pagos em 14.11.2014)		Total
	Juros (*)	Dividendos	Juros (*)	Dividendos	
ON	0,330422717	0,419240612	0,496977257	0,312927774	1,559568360
PN	0,363464990	0,461164674	0,546674984	0,344220552	1,715525200

(*) Valores Brutos

Cumpra destacar que os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos em 2014, no montante de R\$ 580,5 milhões, foram superiores em 26,0% à Remuneração Anual Mínima paga em 2013, no valor de R\$ 460,8 milhões, representando o segundo maior valor anual já pago na história da Companhia. Em fevereiro de 2015, a BRADESPAR anunciou a distribuição mínima no valor equivalente a US\$ 140 milhões para o corrente exercício, a serem convertidos em Reais pela cotação do Dólar de venda (Ptax-Opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração, previstas para os dias 24 de abril e 30 de outubro de 2015.

ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS

Constituída em março de 2000 - a partir da cisão parcial do Banco Bradesco S.A. -, a BRADESPAR tem, atualmente, seus investimentos concentrados na VALE e na CPFL Energia. Ao final do exercício, o valor de mercado de seus ativos, deduzida a dívida líquida, correspondia a cerca de R\$ 6,7 bilhões.



MERCADO DE CAPITALIS

As ações do capital social da BRADESPAR são listadas na BM&FBOVESPA sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN). As ações preferenciais integram o índice Ibovespa, que inclui as Companhias mais líquidas do mercado brasileiro. Além disso, por aderir ao Nível 1 de Governança Corporativa, desde 2001, a BRADESPAR passou a integrar o Índice de Governança Corporativa (IGC), composto pelas Companhias que assumiram compromisso com elevados padrões de governança corporativa.

Para ampliar as alternativas de transação, a BRADESPAR também tem seus títulos negociados no Latibex - Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha -, em Euros, por meio do Programa de Depositary Receipts (GDRs).

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Abaixo, apresentamos a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	4T14	4T13	Variação %	2014	2013	Variação %
Equivalência Patrimonial	(318.348)	(897.795)	-64,5%	(69.741)	(117.182)	-40,5%
Juros Ações Resgatáveis	15.395	32.783	-53,0%	91.695	142.198	-35,5%
Dividendos de Investimentos	-	-	-	51.998	43.014	20,9%
Receita Operacional	(302.953)	(865.012)	-65,0%	73.952	68.030	8,7%
Despesas de Pessoal	(1.308)	(3.904)	-66,5%	(4.212)	(6.772)	-37,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.253)	(1.622)	-22,7%	(3.241)	(5.458)	-40,6%
Despesas Tributárias	(15.633)	(16.210)	-3,6%	(37.495)	(36.206)	3,6%
Despesas/Receitas Financeiras	(20.458)	(20.219)	1,2%	(86.909)	(65.826)	32,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	-	-	28.591	-	-
Resultado Operacional antes do IR/CS	(341.605)	(906.967)	-62,3%	(29.314)	(46.232)	-36,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.541)	6.579	-	130.797	(1.477)	-
Resultado do Período	(343.146)	(900.388)	-61,9%	101.483	(47.709)	-

Receita Operacional

Como Companhia de investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos da Valepar/VALE, juros das ações resgatáveis recebidos da Valepar e dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos da CPFL Energia S.A.

Cumpra destacar que, em 2014, a VALE foi afetada por ajustes contábeis não recorrentes, contribuindo desfavoravelmente para seus resultados, que incluem, principalmente, perdas com variações monetárias e cambiais, impairment de ativos e perdas nos swaps de moedas e taxas de juros, entre outros. No entanto, foi um período em que a empresa apresentou forte desempenho operacional, com recordes anuais de produção de minério de ferro, cobre, ouro, e a melhor marca em níquel desde 2008. Ressalte-se ainda o esforço de corte de custos, disciplina nos investimentos e foco no core business. O resultado de equivalência patrimonial na BRADESPAR, excluindo os efeitos contábeis não recorrentes, foi de R\$ 467,6 milhões, totalizando uma receita operacional ajustada de R\$ 611,3 milhões.

Com a inclusão dos ajustes contábeis não recorrentes, que não afetaram o resultado financeiro, a BRADESPAR apresentou, em 2014, receita operacional de R\$ 74,0 milhões, composta por R\$ 69,7 milhões de equivalência patrimonial negativa da Valepar/VALE, R\$ 91,7 milhões de juros das ações resgatáveis recebidos da Valepar e R\$ 52,0 milhões de dividendos recebidos da CPFL Energia.

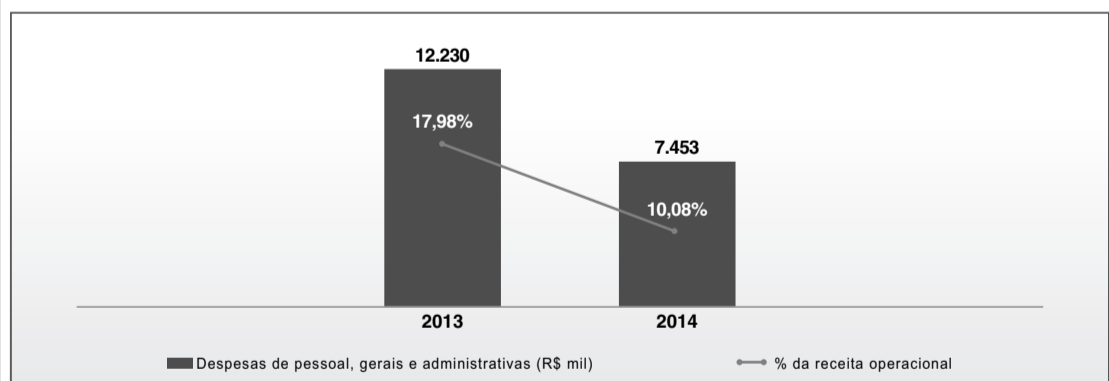
Resultado Financeiro

As despesas/receitas financeiras da BRADESPAR, em 2014, atingiram R\$ 86,9 milhões, devido, principalmente, aos juros das debêntures da BRADESPAR, calculados com base no CDI, que foi, na média, de 8,06% em 2013 para 10,81% em 2014, impactado pelo aumento da taxa básica de juros (SELIC) no período.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

Em 2014, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 4,2 milhões, com redução de 37,8% em relação ao ano anterior.

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 3,2 milhões em 2014, inferiores em 40,6% ao mesmo período do ano anterior.



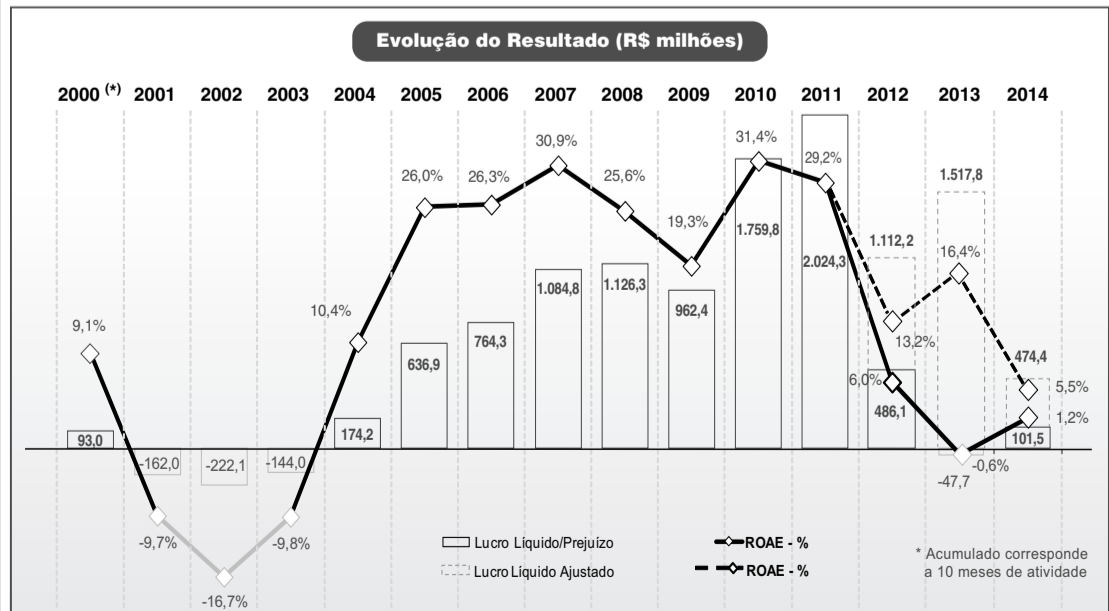
Resultado do Exercício

O lucro líquido ajustado da BRADESPAR, em 2014, excluindo os efeitos contábeis não recorrentes, foi de R\$ 474,4 milhões.

Na VALE, esses ajustes contábeis referem-se, principalmente, a perdas com variações monetárias e cambiais, impairment de ativos e perdas nos swaps de moedas e taxas de juros, entre outros, totalizando R\$ 9,1 bilhões, impactando negativamente em R\$ 537,3 milhões o resultado de equivalência patrimonial na BRADESPAR.

Cumpra destacar que a BRADESPAR, com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) ocorrida em agosto de 2014, referente a não inclusão nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas, registrou impacto positivo de R\$ 164,3 milhões no seu resultado contábil.

Com a inclusão dos ajustes contábeis não recorrentes, que não afetaram o resultado financeiro, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 101,5 milhões no ano.



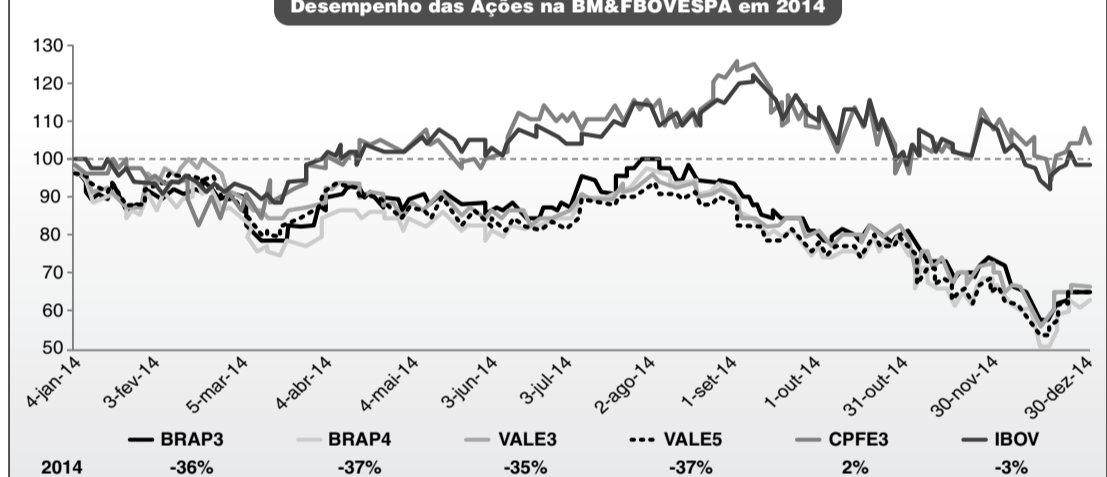
Obs.: ROAE = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio - Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.
Lucro Líquido Ajustado = Lucro Líquido excluindo os efeitos não caixa de itens não recorrentes.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A BRADESPAR busca elevar a previsibilidade de seus acionistas quanto ao recebimento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, razão pela qual tem praticado a "Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima aos Acionistas", garantindo, conforme disposto no Estatuto Social, a distribuição de no mínimo 30,0% do lucro líquido nos termos da Lei societária.

Em fevereiro de 2014, a BRADESPAR anunciou proposta da Diretoria para pagamento de remuneração mínima em Reais, distribuída na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a US\$ 250,0 milhões para o ano 2014.

Desempenho das Ações na BM&FBOVESPA em 2014

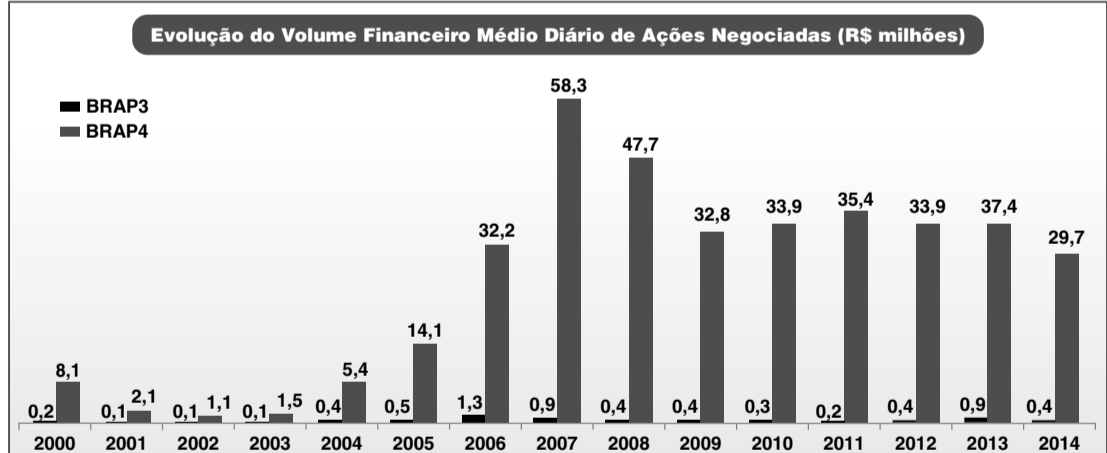


Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.

Fonte: Economática

Liquidez

A média diária do volume de ações preferenciais (BRAP4), de emissão da BRADESPAR, negociada em 2014, situou-se em R\$ 29,7 milhões. O número de negócios realizados com a BRAP4 na BM&FBOVESPA aumentou 10,6%, passando de uma média diária de 5.299 negócios, em 2013, para 5.861 negócios, em 2014.



Fonte: Economática

Prêmio/Desconto

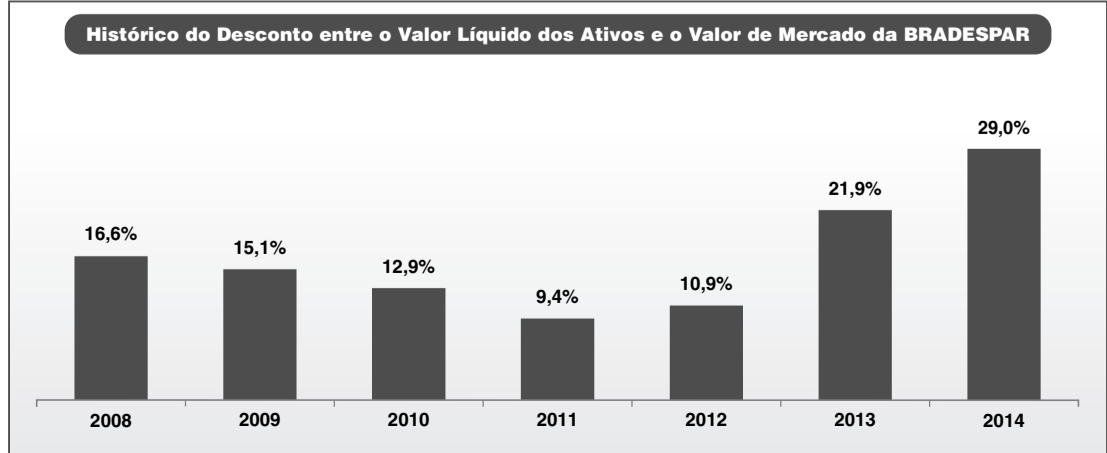
Ao final de 2014 o valor de mercado das participações detidas pela BRADESPAR somou R\$ 7,6 bilhões, sem considerar qualquer prêmio de controle para participação na VALE. Desse total, 87,6% são referentes ao investimento na VALE e 12,4% referentes ao investimento na CPFL Energia.

Em relação ao valor de mercado das participações nas empresas investidas, o valor de mercado da BRADESPAR, por sua vez, deduzindo-se a Dívida Líquida de R\$ 854,0 milhões, apresentou um desconto de 30,0%.

Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR x Valor de Mercado da BRADESPAR
(preços de fechamento em 30/12/2014)

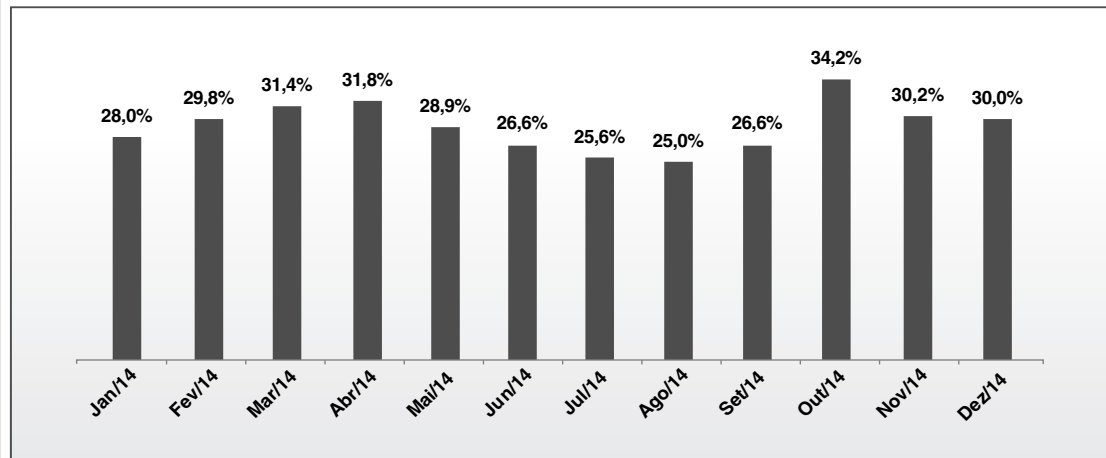
Companhias	Cotação em 30.12.14 (R\$/ação)	Participação da BRADESPAR			
		Quantidade de Ações	% do Capital Total	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)
VALE ON (1)	21,91	299.380.600	5,81%	6.559.429	2.469.479
VALE PNA (1)	19,23	3.547.702	0,07%	68.222	25.684
CPFL-ON	18,49	50.541.820	5,25%	934.518	351.825
Valor dos Ativos da BRADESPAR (A)				7.562.169	2.846.988
Dívida Líquida da BRADESPAR (B) (2)				(853.999)	(321.512)
Caixa da BRADESPAR				310.114	116.751
Dívida Bruta da BRADESPAR				(1.164.113)	(438.263)
Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR (C) = (A) + (B)				6.708.170	2.525.476
Valor de Mercado da BRADESPAR (D)				4.693.453	1.766.980
Ações Ordinárias (BRAP3)	11,81	122.523.049		1.446.997	544.762
Ações Preferenciais (BRAP4)	14,30	227.024.896		3.246.456	1.222.218
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado BRADESPAR (C) - (D)				2.014.717	758.496
Desconto (3)				30,0%	623.191

(1) A quantidade de ações da VALE foi calculada com base nos percentuais de participação detidos por meio da Valepar.
(2) Dívida Líquida em 30/12/2014.
(3) ((Valor de mercado da BRADESPAR)/(Valor dos Ativos + Dívida Líquida)) - 1



Obs.: Média entre os descontos ao final de cada mês.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Obs.: Desconto no último dia útil de cada mês.

COMENTÁRIOS SOBRE AS CONTROLADAS OPERACIONAIS

VALE

Presente em 27 países, a VALE atua nos negócios de mineração (produção e comercialização), operações de logística, geração de energia, fertilizantes e siderurgia. Maior produtora mundial de minério de ferro e pelotas, é também a segunda maior produtora mundial de níquel, insumo essencial para a indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de equipamentos de mineração e energia, aeronaves, automóveis, baterias, entre outros. Mesmo diante de um cenário de desaceleração da economia mundial, a VALE, em 2014, estabeleceu recordes na produção de minério de ferro, cobre e ouro, e a melhor marca em níquel desde 2008. Além disso, lançou várias iniciativas bem sucedidas para reduzir ainda mais suas despesas e investimentos, preservando uma estrutura de capital saudável. No ano, o EBITDA ajustado de R\$ 31,1 bilhões foi afetado, principalmente, pelos menores preços de commodities, que foram parcialmente compensados por variações positivas nas taxas de câmbio, pela redução de despesas com vendas, gerais e administrativas e pelo maior volume vendido.

O lucro líquido ajustado foi de R\$ 10,1 bilhões, excluindo os efeitos de itens não recorrentes. Com a inclusão dos ajustes contábeis, que não afetam o resultado financeiro da VALE, o lucro líquido foi de R\$ 954,0 milhões.

O controle compartilhado por meio da Valepar S.A. é o veículo de participação da BRADESPAR na VALE. Como parte do Acordo de Acionistas, ocupa três assentos no Conselho de Administração da Valepar, dois assentos no Conselho de Administração da VALE, além de representantes nos Comitês Estratégico, de Desenvolvimento Executivo, Governança e Sustentabilidade, Controladoria e Financeiro, proporcionando relevante nível de participação nas decisões da empresa.

A VALE é registrada na BM&FBOVESPA (VALE3 e VALE5), na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) (VALE e VALE.P), na NYSE Euronext Paris (VALE3 e VALE5), na Latibex (XVALO e XVALP) e Bolsa de Valores de Hong Kong (HKEX) (6210 e 6230).

Os principais destaques do desempenho da VALE, em 2014, foram:

- Redução de R\$ 1,9 bilhão de despesas em todos os seus negócios;
- Conclusão de oito projetos, sendo a maioria entregue dentro dos prazos e orçamentos estabelecidos (Tubarão VIII, Serra Leste, o centro de distribuição na Malásia, Vargem Grande, a 5ª linha de Brucutu, Salobo II, Nacala e Long Harbour); e
- Distribuição de dividendos no montante de US\$ 4,2 bilhões.

CPFL ENERGIA

A CPFL Energia é uma holding que, por intermédio de sociedades controladas e coligadas, atua no setor elétrico brasileiro.

A empresa celebrou, no final de 2014, dez anos de sua abertura de capital na BM&FBOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), iniciativa que proporcionou um conjunto de resultados positivos.

A abertura de capital serviu de base para uma substancial expansão do grupo nesse período, com a aquisição de distribuidoras, a forte expansão nos segmentos de comercialização e de geração, bem como a entrada no promissor segmento de energias renováveis. A CPFL Energia obteve também, como resultado dessa operação, um conjunto significativo de benefícios, como acesso ao mercado de capitais, melhoria de sua eficiência, evolução de sua governança corporativa e criação de valor para seus acionistas.

Cabe registrar que a BRADESPAR participou ativamente desse processo, enquanto acionista da VBC, então controladora da CPFL Energia.

Atualmente, a estrutura acionária da CPFL Energia é composta pelo Fundo de Investimentos em Ações BB Carteira Livre (Previ), com 30,0% de participação, pela Camargo Corrêa, com 24,4%, e pelo Fundo de Investimentos em Participações Energia São Paulo (Funesp, Petros, Sistel e Sabesprev), com 15,1%. O restante, 30,5%, são ações em circulação no mercado (free float), das quais 5,3% pertencem à BRADESPAR.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a BRADESPAR informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente - KPMG Auditores Independentes - não relacionados à auditoria externa.

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

São Paulo, SP, 18 de março de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE	405.350	848.365	948.974	1.117.283	CIRCULANTE	1.212.372	32.408	1.214.912	33.460
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	75.047	139.598	312.003	258.678	Impostos e Contribuições a Recolher	15.369	73	17.909	1.125
Receíveis de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	-	376.493	307.840	527.418	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (Nota 12c)	4.645	4.623	4.645	4.623
Valores a Receber (Nota 18a)	330.303	332.274	329.131	331.187	Debêntures a Pagar (Nota 10)	1.165.109	-	1.165.109	-
NÃO CIRCULANTE	9.783.607	9.591.618	9.649.945	9.741.485	Outras Obrigações (Nota 18b)	27.249	27.712	27.249	27.712
Realizável a Longo Prazo	184.460	161.747	1.127.075	1.434.623	NÃO CIRCULANTE	38.590	1.373.350	446.012	1.791.083
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 16a)	-	-	934.518	964.843	Debêntures a Pagar (Nota 10)	-	1.045.686	-	1.045.686
Receíveis de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	-	-	-	300.142	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	407.422	417.733
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13)	179.095	139.083	187.192	146.974	Provisões e Obrigações Legais (Nota 11b)	38.590	327.664	38.590	327.664
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	5.365	22.664	5.365	22.664	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	8.937.995	9.034.225	8.937.995	9.034.225
Investimentos (Nota 9)	9.599.123	9.429.844	8.522.846	8.306.835	Capital Social Integralizado (Nota 12a)	4.100.000	4.100.000	4.100.000	4.100.000
Imobilizado	24	27	24	27	Reservas de Lucros (Nota 12b)	2.958.737	3.437.804	2.958.737	3.437.804
TOTAL	10.188.957	10.439.983	10.598.919	10.858.768	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.879.258	1.496.421	1.879.258	1.496.421
					TOTAL	10.188.957	10.439.983	10.598.919	10.858.768

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013		2014	2013	2014	2013
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	65.582	23.092	57.595	19.594	RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	65.582	23.092	57.595	19.594
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	53.626	(2.774)	(69.741)	(117.182)	Juros de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	27.219	74.133	91.695	142.198
Juros de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	-	-	-	-	Dividendos de Investimentos (Nota 18c)	-	-	51.998	43.014
Dividendos de Investimentos (Nota 18c)	-	-	-	-	Despesas Gerais e Administrativas (Nota 18d)	(7.386)	(12.061)	(7.453)	(12.230)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 18d)	(36.468)	(36.206)	(37.495)	(36.206)	Despesas Tributárias	28.591	-	28.591	-
Despesas Tributárias	28.591	-	-	-	Reversão de Provisões de Obrigações Fiscais/Outras Receitas (Nota 18e)	65.582	23.092	57.595	19.594
Reversão de Provisões de Obrigações Fiscais/Outras Receitas (Nota 18e)	65.582	23.092	57.595	19.594	RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	65.582	23.092	57.595	19.594
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	65.582	23.092	57.595	19.594	Receitas Financeiras (Nota 14)	36.485	27.123	48.158	32.183
Receitas Financeiras (Nota 14)	36.485	27.123	48.158	32.183	Despesas Financeiras (Nota 14)	(134.960)	(97.906)	(135.067)	(98.009)
Despesas Financeiras (Nota 14)	(134.960)	(97.906)	(135.067)	(98.009)	RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(32.893)	(47.691)	(29.314)	(46.232)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(32.893)	(47.691)	(29.314)	(46.232)	Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 13)	134.376	(18)	130.797	(1.477)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 13)	134.376	(18)	130.797	(1.477)	LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	101.483	(47.709)	101.483	(47.709)
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	101.483	(47.709)	101.483	(47.709)	Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por ação):				
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por ação):					Resultado por ação ordinária	0,27	(0,13)		
Resultado por ação ordinária	0,27	(0,13)			Resultado por ação preferencial	0,30	(0,14)		
Resultado por ação preferencial	0,30	(0,14)							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2012	3.900.000	454.882	3.690.366	1.109.942	1.044	9.156.234
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(47.709)	(47.709)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	-	(77.057)	-	(77.057)
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado	-	-	-	463.536	-	463.536
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	338.770
Aumento de Capital Social com Reservas	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	(46.665)	-	46.665	-
Destinações: - Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	-	-	(460.779)	-	-	(460.779)
Saldos em 31.12.2013	4.100.000	254.882	3.182.922	1.496.421	1.044	9.034.225
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	101.483	101,483
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	-	(20.015)	-	(20,015)
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado	-	-	-	402.852	-	402,852
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	484.320
Destinações: - Reservas	-	5.074	65.608	-	(70.682)	-
- Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	-	-	(549.749)	-	(30.801)	(580,550)
Saldos em 31.12.2014	4.100.000	259.956	2.698.781	1.879.258	-	8.937.995

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2014	2013
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	101.483	(47.709)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	382.837	386.479
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(20.015)	(77.057)
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado	402.852	463.536
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	484.320	338.770

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	32.893	(47.691)	(29.314)	(46.232)
Lucro Líquido/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(32.893)	(47.691)	(29.314)	(46.232)
Ajustes ao Lucro Líquido/Prejuízo antes dos Impostos:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	(53.626)	2.774	69.741	117.182
Juros de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	-	(9.201)	(7.698)	(20.222)
Dividendos Recebidos de Investimento Avaliado ao Custo (Nota 18c)	-	-	(51.998)	(43.014)
Juros, Variações Monetárias, Líquidas	121.649	54.160	121.377	53.949
Reversões de Provisões de Obrigações Fiscais	(13.263)	36.041	(13.263)	36.041
Outros	1.322	2.233	1.322	2.234
Resultado Ajustado	23.189	38.316	90.167	99.938
(Aumento) em Outros Ativos	(31.867)	(68.368)	(90.418)	(125.960)
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(126.116)	33.220	(125.140)	33.220
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	247.494	104.506	217.290	215.318
Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	367.379	192.656	507.283	192.656
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(1.227)	(443)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	480.079	300.330	597.955	414.729
Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamentos				
Emissão de Debêntures, Líquidas	-	999.797	-	999.797
Liquidação de Debêntures	-	(986.873)	-	(986.873)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(544.630)	(423.180)	(544.630)	(423.180)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(544.630)	(410.256)	(544.630)	(410.256)
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	(64.551)	(109.926)	53.225	4.473
Caixa e Equivalência de Caixa - Início do Exercício	139.598	249.524	258.678	254.205
Caixa e Equivalência de Caixa - Fim do Exercício	75.047	139.598	312.003	258.678
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	(64.551)	(109.926)	53.225	4.473

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo, Brasil.

As principais participações societárias diretas e indiretas são:

- Antares Holdings Ltda. (ANTARES)**
A ANTARES tem por objeto a administração, locação, compra e venda de bens próprios e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.
- Brumado Holdings Ltda. (BRUMADO)**
A BRUMADO tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.
- Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)**
A MILLENNIUM tem por objeto incorporar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer Lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.
- Valepar S.A. (VALEPAR)**
A VALEPAR é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como ac

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Pelo custo amortizado - são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Nesta categoria encontram-se as debêntures emitidas pela Companhia. A composição das debêntures está apresentada na Nota 10, e
- Pelo valor justo por meio do resultado designados no reconhecimento inicial - são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado. Na Companhia, a variação no valor justo dos passivos financeiros por meio do resultado, deve-se somente à mudança no risco de mercado pela variação na taxa de juros, não apresentando alterações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas no apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

l) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada na intenção da Administração, na data da aquisição dos títulos, em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende de nossa classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotas não requerem provisão e nem divulgação. Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento do processo; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- A probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- A necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

- Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2014
- Alteração da IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Essa alteração esclarece o conceito de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial.

b) As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da Controladora são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações ON possuídas (em mil)	Quantidade de cotas possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
							31.12.2014	31.12.2013	2014	2013
ANTARES (3)	322.700	1.076.277	123.367	-	322.700	100,000	1.076.277	1.123.009	123.367	114.408
VALEPAR (2) (9)	10.078.589	48.863.790	(399.844)	275.966	-	17,442	8.522.846	8.306.835	(69.741)	(117.182)
VALE							9.599.123	9.429.844	53.626	(2.774)

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) Controlada de Controle Compartilhado; e

(3) A empresa teve suas informações referentes a 31 de dezembro de 2014 auditadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR.

c) Composição dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial do Consolidado

Empresa	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	31.12.2014	31.12.2013	2014	2013
- VALEPAR.....	7.212.094	7.398.935	(69.741)	(117.182)
- VALEPAR - ajuste reflexo (2).....	1.310.752	907.900	-	-
Total	8.522.846	8.306.835	(69.741)	(117.182)

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável; e

(2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido.

10) DEBÊNTURES A PAGAR

Em 2012, a BRADESPAR efetuou a quarta emissão pública de 35.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 350.000, com vencimento em 365 dias a contar da data da emissão, com juros correspondentes a 103,5% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, e que foram liquidados junto com o principal em 4 de julho de 2013.

Em 2013, a BRADESPAR efetuou a quinta emissão pública de 100.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 1.000.000, com vencimento em 732 dias a contar da data de emissão, ou seja, no dia 6 de julho de 2015. As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 105,3% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo atualizado correspondia a R\$ 1.165.109 (2013 - R\$ 1.045.686).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS - R\$ 10.365 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 9.981): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (PIS) - R\$ 2.246 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 2.163): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos termos da Lei Complementar nº 770 (PIS Reajuste) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Provisões

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradespar Participações Ltda. (BRADESPAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO) em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPAN. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado correspondia a R\$ 27.273 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 39.924), a variação do período, corresponde, basicamente, a baixa de processos que foi objeto de adesão ao programa de quitação de débitos tributários, conforme Lei nº 12.996/14.

No saldo de débitos judiciais em 31 de dezembro de 2014, está incluído o montante de R\$ 5.365 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 22.486) relacionado a COFINS, que deverá ser restituído pela Receita Federal do Brasil (RFB), relativo ao processo acima mencionado.

II - Obrigações legais

A BRADESPAR vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante às boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

A principal questão é:

- COFINS - R\$ 11.267 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 10.815): A Companhia pleiteia calcular e recolher a COFINS, referente à Liminar de 2001, o qual não faz parte do REFIS divulgado abaixo, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

A BRADESPAR, com base na Lei nº 12.996/14 e na Medida Provisória nº 651/14, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS-Liminar 2004) para quitação de débitos relativos ao Processo Judicial em que a Companhia pleiteia a não inclusão, nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas.

Tendo em vista as condições diferenciadas de pagamento, proporcionadas pelo REFIS, para quitação dos débitos, R\$ 134.376 foram pagos mediante utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e R\$ 105.581 em moeda corrente.

III - Movimentação das provisões e obrigações legais

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	327.664	274.988
Constituições líquidas de reversões e baixas (1).....	(26.936)	36.041
Atualização monetária.....	15.619	16.655
Pagamentos (1).....	(277.757)	-
Saldo no final do exercício	38.590	327.664

(1) Inclui, basicamente, a baixa do processo de PIS e COFINS, que foi objeto de adesão ao programa de quitação de débitos tributários (Lei nº 12.996/14).

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis. A BRADESPAR é parte de um Procedimento Arbitral instaurado por iniciativa da Elétron S.A. (ELÉTRON) contra a Companhia e a Litel Participações S.A. (LITEL), no qual a ELÉTRON requer o reconhecimento de seu direito de: (i) adquirir uma determinada quantidade de ações da VALEPAR, que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias; e (ii) ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em 3 de outubro de 2011, o Tribunal Arbitral, com base na sentença parcial anterior, decidiu, por maioria, que a BRADESPAR e a LITEL estão obrigadas a: (i) proceder à venda de ações da VALEPAR à ELÉTRON, pelo valor de R\$ 632.007, que deverá ser corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data do efetivo pagamento; e (ii) recompor os dividendos e os juros sobre o capital próprio, distribuídos pela VALEPAR, a partir de 12 de junho de 2007, cujo montante, em 31 de dezembro de 2014, correspondia a R\$ 218.986, já corrigido pelo CDI. O pedido de indenização por perdas e danos foi rejeitado pelo Tribunal Arbitral. A Companhia ingressou com ação nulatória da sentença arbitral na comarca do Rio de Janeiro. Em 11 de abril de 2014, foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido de anulação da sentença arbitral formulado pela BRADESPAR, mas a demanda ainda será levada à apreciação do Tribunal da Justiça e considera que o valor da perda possível que poderia afetar suas demonstrações contábeis não deve ultrapassar a 2% de seu Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2014.

Em 24 setembro de 2014, foram julgados cinco recursos relacionados à arbitragem, dentre os quais a apelação interposta pela BRADESPAR contra a sentença que julgou improcedente o seu pleito anulatório. A sentença foi mantida em segunda instância. Contra o acórdão, foram opostos embargos de declaração que ainda não foram apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em 18 de dezembro de 2014 foram interpostos recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça e recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. Aguarda-se o julgamento de ambos os recursos. A partir de uma análise dos desenvolvimentos processuais do caso, a despeito dos fundamentos da ação anulatória, consideramos ser possível a chance de êxito da BRADESPAR S.A. na anulação da sentença arbitral de 18 de dezembro de 2009 com o consequente reconhecimento de nulidade de todas as decisões proferidas no curso da arbitragem e de nulidade da segunda fase e da sentença nela proferida. A ANTARES, controlada direta da BRADESPAR, é parte em um processo junto a RFB, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A. (VBC), relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, quando de sua cisão total e consequente extinção, em montante superior ao limite de 30%, imposto pela Lei nº 8.981/95, cuja totalidade do processo em 31 de dezembro de 2014, correspondia a R\$ 216.854 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 186.129), sendo R\$ 159.721 para o imposto de renda (31 de dezembro de 2013 - R\$ 137.091) e R\$ 57.133 para a contribuição social sobre o lucro líquido (31 de dezembro de 2013 - R\$ 49.038), consideramos ser possível a chance de êxito da Bradespar S.A.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias.....	122.523.049	122.523.049
Preferenciais.....	227.024.896	227.024.896
Total	349.547.945	349.547.945

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Reserva legal (i).....	259.956	254.882
Reserva estatutária (ii).....	2.698.781	3.182.922
Total	2.958.737	3.437.804

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Alterações das IFRS 10, 12 e IAS 27 - Demonstrações Consolidadas, Divulgação de Participações em outras Entidades e Demonstrações Financeiras Separadas - inclui novas exigências às Entidades para Investimento, que possuem investimentos em fundos, com objetivo de obter retornos de valorização do capital e/ou rendas de investimento.

Alteração da IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Essa alteração inclui novas exigências de divulgações das mensurações referentes aos valores recuperáveis de ativos, principalmente, em função da adoção da IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS.

IFRS 15 - Recitas de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18), e é aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

IAS 19 (R1) - Benefícios a empregados - a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 a sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.

6) GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual o origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, detemos recebíveis de ações preferenciais resgatáveis, com prazos de vencimentos escalonados para permitir a liquidação adequada dos passivos assumidos perante terceiros, inclusive as referidas ações fazem parte das garantias oferecidas na emissão das debêntures pela Companhia, bem como os demais ativos possuem liquidez imediata.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, ocorre, basicamente, de caixa e equivalentes de caixa e de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como "caixa e equivalentes de caixa", uma vez que mantemos valores não significativos nessas aplicações, pois há constante distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ao longo do ano, além de liquidar os juros e/ou valores do principal das debêntures emitidas.

Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento com a BRADESPAR, sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALEPAR, controladora da VALE, o principal investimento mantido pela Companhia, o qual nos proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia está exposta ao comportamento de alguns fatores de risco de mercado, que podem impactar seu fluxo de caixa, como o risco de volatilidade no preço de ações, em razão de investimentos mantidos como disponíveis para venda e risco de taxa de juros sobre as debêntures emitidas atreladas às taxas variáveis. A avaliação do potencial de impacto é feita periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

Risco operacional

A gestão de risco operacional que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional.....	18	2	1.127	975
Riscos de investimento financeiro.....	75.029	139.596	310.876	257.703
Total	75.047	139.598	312.003	258.678

8) RECEBÍVEIS DE AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

Em 2008, a BRADESPAR subscreveu 23.724.193 ações preferenciais resgatáveis classe "C" emitidas pela VALEPAR, com as seguintes características:

a) Não possuem direito de voto nas assembleias gerais VALEPAR, exceto nas hipóteses previstas em lei;

b) Fazem jus a dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, desde 2009, correspondentes a uma taxa prefixada de 16% a.a.;

c) São resgatáveis semestralmente entre maio de 2011 e novembro de 2015; e

d) Não são conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

Em 2009, a BRADESPAR vendeu para sua controlada indireta BRUMADO, 7.587.000 ações preferenciais resgatáveis classe "C", permanecendo com 16.137

